

VASCO RAMOS

**Que trajetórias de classe?
Uma análise da mobilidade social
em duas gerações de portugueses**

Análise Social, 212, XLIX (3.º), 2014

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Análise Social, 212, XLIX (3.º), 2014, 626-649

Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses. Este artigo analisa a mobilidade social a partir da investigação comparativa das trajetórias de classe social de portugueses nascidos em duas gerações correspondentes a contextos sociohistóricos distintos. Usando dados provenientes do projeto “Trajetórias familiares e redes sociais: a trajetória de vida numa perspectiva intergeracional” examinam-se trajetórias de classe, seguindo o percurso de vida dos indivíduos. Investiga-se em que medida a origem de classe tem um impacto sobre as trajetórias de classe social dos indivíduos, articulando esta relação com o género, a geração e a classe social de origem. Encontram-se relações significativas entre os capitais na origem e os percursos individuais. Palavras-chave: classes sociais; mobilidade social; desigualdades sociais; trajetórias de classe.

Which class trajectories? An analysis of social mobility in two Portuguese generations. The central goal of this article is to analyze social mobility using a comparative investigation of the social class trajectories of Portuguese men and women born in different generations. Using data from the “Family trajectories and social networks: the life course in an intergenerational perspective” project, social class trajectories are examined comparatively, following the life course of each individual. An innovative methodology is used, seeking to establish a relationship between historical time and social mobility. Social class trajectories are compared based on class origins, gender, and generation. Significant relationships between capitals at origin and individual trajectories are revealed. Keywords: social class; social mobility; social inequality; class trajectories.

VASCO RAMOS

Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses

INTRODUÇÃO

A sociologia das classes e estratificação social é um dos “domínios clássicos duradouros” na sociologia portuguesa (Machado, 2009). O próprio desenvolvimento e autonomização da sociologia portuguesa, enquanto disciplina científica autónoma, se relaciona com a evolução da sociologia das classes e da estratificação social. Quer pela sua longevidade, quer pela sua ligação às raízes da sociologia em Portugal, a temática da estratificação e das classes sociais acumula uma assinalável riqueza em termos de património teórico, de discussão epistemológica, de pluralidade metodológica, como ainda de produção empírica.

Atualmente identificam-se duas grandes linhas de investigação acerca das classes sociais na sociologia portuguesa.¹ A linha dominante, ou pelo menos com maior produtividade, é a que parte do trabalho de autores procedentes do ISCTE. Ao longo de uma série de trabalhos sobre os mais variados temas desenvolveram uma tipologia de classes (designada por ACM) que tem sido uma das

1 Por exemplo Cabral (1998) desenvolve uma análise inspirada em Goldthorpe e observa a existência de fluxos de mobilidade intergeracional absoluta elevados, expectáveis face às transformações sociopolíticas que marcaram a sociedade portuguesa. Segundo Cabral, os nascidos entre o final da década de 1940 e início da década de 1950 serão aqueles que terão tido maior probabilidade de mobilidade social, beneficiando da modernização técnico-profissional da sociedade portuguesa a partir do final da década de 1960 e da abertura política que se lhe seguiu. Essa mobilidade é geralmente ascendente, embora se observem fortes sinais de reprodução junto ao topo (com reconversão de capital económico em capital escolar), como também na base do esquema de classes. O volume de mobilidade intrageracional é também relativamente elevado e de sentido predominantemente ascendente, sendo os fatores mais determinantes para tal a modernização tecnológica, bem como a abertura do sistema escolar.

ferramentas mais utilizadas na análise das classes sociais em Portugal na última vintena de anos, dispondo já de considerável acumulação cognitiva e empírica em vários projetos de investigação (Almeida, Costa e Machado, 1988 e 1994; Costa *et al.*, 2000; Machado e Costa, 1998; Machado *et al.*, 2003). A tipologia desenvolvida por estes autores procura conjugar uma perspetiva de inspiração (neo) marxista, a de Erik Olin Wright, na medida em que valoriza a posse de propriedade, acrescida dos recursos organizacionais e das qualificações profissionais, com uma perspetiva culturalista, a de Bourdieu, que valoriza a posse, volume e composição dos capitais. Para estes autores é essencial a utilização do grupo doméstico de origem como unidade de análise da classe e mobilidade social, reconhecendo-se assim o papel do mesmo nas trajetórias de vida e nos modos de pensar e agir dos indivíduos. Em termos de resultados empíricos, num estudo representativo da população portuguesa, Machado e Costa (1998) observaram a existência de elevados fluxos de mobilidade absoluta e de reprodução consideráveis, bem como a existência de trajetórias sociais muito heterogéneas e diferenciadas em termos de género.

Os estudos acerca da estrutura de classes sociais em Portugal realizados por Estanque e Mendes (Estanque, 1997; Estanque e Mendes, 1998; Mendes, 1997) representam uma outra perspetiva, de orientação mais vincadamente marxista, que se orienta pelo trabalho de Wright (1985, 1997) e pela tipologia *w* dos lugares de classe. Salientando a importância das variáveis históricas e contextuais, nomeadamente a transição para a democracia, a entrada na UE e uma rápida modernização económica, os autores consideram que existe uma fragmentação e precarização da força de trabalho que se estende do setor industrial para o setor dos serviços. A expansão do setor público e administrativo justifica que as camadas “médias” da população, quadros técnicos e qualificados, se encontrem essencialmente no setor estatal. A pequena dimensão média das empresas privadas, a sua escassa modernização tecnológica e o recurso a um modelo industrial de trabalho intensivo, justificam o pouco peso dos quadros no setor privado. Sendo o mercado de trabalho português dos mais feminizados da Europa, os autores notam que nas categorias profissionais operárias existe menor feminização que em outras sociedades consideradas desenvolvidas. Já nas posições mais qualificadas da estrutura de estratificação existe uma maior abertura ao emprego feminino. O maior sucesso das mulheres na educação, ainda sem uma correspondência na ocupação de cargos de chefia, terá impactos na recomposição da estrutura de classes portuguesa e será resultado de uma lógica patriarcal que tende a encaminhar os filhos para o trabalho em idades mais precoces, reservando a possibilidade de continuar os estudos para as mulheres.

Estes trabalhos relevam o impacto das alterações estruturais que a sociedade portuguesa sofreu na sua (re) composição em termos de classes sociais.

Essas alterações incluem: a evolução demográfica, marcada pelo envelhecimento da população; o aumento da escolarização; a crescente urbanização e litoralização da população; a terciarização da atividade económica; o incremento do trabalho feminino; e transformações no domínio da vida familiar. Como Estanque e Mendes (1999) salientam, esta é uma das áreas mais problemáticas na análise da mobilidade social, uma vez que parte do que poderia ser considerado um fluxo “ascendente” será certamente parte da mudança da própria estrutura social, com o decréscimo ou estagnação de certos grupos profissionais e frações de classe e o rápido crescimento de outros, sobretudo aqueles que necessitam de qualificações escolares mais elevadas.

RECENTRANDO A DISCUSSÃO EM TORNO DAS CLASSES SOCIAIS

O período de maior vitalidade e produtividade científica, tanto teórica como empírica, sobre os temas das classes, mobilidade e recomposição da estrutura de classes portuguesa teve lugar nas décadas de 1980 e 1990, com contributos de autores procedentes de diversas escolas e orientações (Almeida, Costa e Machado, 1988 e 1994; Cabral, 1998; Costa, 1987; Costa, Machado e Almeida, 1990; Estanque, 2000; Estanque e Mendes, 1998, 1999; Machado e Costa, 1998; Machado, Costa e Almeida, 1989; Mendes, 1997). Esse terá sido o período de institucionalização e consagração académica da sociologia das classes sociais em Portugal (Nunes, 2008).

A partir do ano 2000 inicia-se um período em que as pesquisas produzidas em Portugal sobre classes sociais tanto se internacionalizam como se especializam (Nunes, 2008). Já no início da segunda década do século XXI, o conceito tem sido retomado por diversos autores, seja explorando a relação entre classes e precariedade, seja com o intuito de compreender a relação entre as desigualdades de classe e a atual crise económica (Alves, *et al.*, 2011; Carmo, 2013; Matos e Domingos, 2012). Em todo o caso, datam já de finais da década de 1990 as derradeiras análises de fundo à estrutura de classes ou à mobilidade social em Portugal.

A contestação ao conceito de classe social vem de longe e tem origens diversas. Desde as teorias da sociedade pós-industrial (Bell, 1973; Nisbet, 1959), passando pelas teorias dos valores pós-materialistas (Inglehart, 1997) que o conceito de classe social vem sendo rotulado de anacrónico e ultrapassado pela modernização das sociedades e pela perda de importância da esfera produtiva na organização da vida social, sendo substituído pelo conceito de estrato na abordagem da desigualdade social. Esta é a posição das teorias funcionalistas segundo as quais, nas sociedades modernas, a noção de mobilidade social resulta dos princípios de igualdade de oportunidades e da eliminação

dos mecanismos de reprodução mecânica das ordens sociais (e da desigualdade que lhes era característica).

A linha argumentativa contra a relevância das classes sociais produzida pelos (neo) funcionalistas sustenta-se em argumentos de natureza económica, cultural e política (Clark e Lipset, 1991 e 2001; Pakulski e Waters, 1996). A terciarização da economia teria contribuído para um nivelamento das condições de vida nas sociedades contemporâneas, tornando irrelevantes as relações com a esfera produtiva. Os estilos de vida definidos a partir de padrões identitários e orientados pela preferência, opinião ou afinidade, teriam substituído a classe social e sua relação com a posição na esfera da produção como aspeto essencial na diferenciação social. A nível cultural, a democratização do acesso à cultura e à educação, e o desenvolvimento de uma cultura de massas teriam eliminado expressões culturais vincadamente classistas. A nível político também seria possível observar o fim das classes, patente no decréscimo da votação de partidos marcadamente classistas como ainda na emergência de novos movimentos sociais, potenciados pela tecnologia, frequentemente desterritorializados e afastados de reivindicações redistributivas ou emancipatórias.

Nos tempos mais recentes, as teorias da modernidade reflexiva, pós-moderna ou tardia engrossaram a fileira dos críticos do conceito de classe, questionando a sua relevância na estruturação do mundo. Nas versões mais radicalizadas o conceito é obliterado e reduzido a uma categoria “zombie” (Beck, 1992). Existe, mas não tem potencial de determinação no percurso do indivíduo (Bauman, 2000), é inútil para entender a identidade ou a ação coletiva dos indivíduos (Pakulski e Waters, 1996). Segundo estes autores, os indivíduos são impelidos a uma autodeterminação que substitui os posicionamentos e constrangimentos sociais ou estruturais. Para isso defendem a necessidade de desenvolver outras ferramentas capazes de analisar os processos de mudança social, numa época em que observam fenómenos como a fragmentação dos grupos sociais, a destraditionalização ou a individualização.

Embora a importância do processo de individualização seja inegável, uma abordagem sociológica que incida exclusivamente nesse aspeto tende a obscurecer a significância, por exemplo, de padrões familiares de reciprocidade e obrigação ou a existência de padrões comportamentais diferenciados por classe social e género (Crompton, 2006).²

2 O feminismo desenvolveu uma crítica adicional às teorias das classes sociais ao demonstrar a conotação política do domínio privado, que reflete outras estruturas sociais, nomeadamente a estrutura patriarcal, patente na divisão sexual do trabalho (Crompton, 2003). A divisão sexual do trabalho expressa-se não apenas ao nível do trabalho doméstico não pago, como também no trabalho pago: há diferenças consideráveis, em termos de género, nas posições ocupadas →

Apesar dos importantes contributos que estes desenvolvimentos teóricos têm trazido à sociologia, o conceito de classe social continua a ser essencial para a análise das sociedades contemporâneas. Atkinson (2010b) repara que algumas conceções de classe social utilizadas são inadequadas, superficiais ou contraditórias e que, ao não encontrarem indícios fortes de uma mobilização de classe, encontram aí um argumento que julgam suficientemente forte para darem as classes sociais como moribundas. Paradoxalmente utilizam um argumento marxista: buscam a correspondência entre uma classe em si (latente, formada na esfera económica) e uma classe para si (mobilizada e possuidora de uma consciência política). Uma outra crítica que Atkinson (2010b) aponta é que a obra de muitos dos teóricos da modernidade (Beck, Giddens, Bauman) é essencialmente teórica, carecendo as suas hipóteses de cuidadosa investigação empírica.

A denominada “viragem cultural” (Crompton, 2003) colocou uma ênfase exacerbada na relevância da dimensão cultural da hereditariedade social, fundindo a hierarquia cultural com a desigualdade económica, quase fazendo espelho de um anterior determinismo económico das teorias da reprodução social. Mesmo quando o conceito de classe social é utilizado, as análises tomam com frequência um pendor culturalista exacerbado, que tende a esvaziar a dimensão económica do conceito. A perceção da existência de outras formas de diferenciação social não implica o desaparecimento das anteriores e o processo de individualização não implica a morte da classe social, mas antes alterações à forma como se manifesta (Savage, 2000).

A proposta teórico-metodológica de Bourdieu (1984, 1997) constitui um importante contributo para (re) centrar a discussão em torno das classes sociais e da mobilidade social com bases sólidas. Este autor privilegia a análise da trajetória social, conceito que liga a posição atual na estrutura social com a origem social (familiar) e que caracteriza as disposições e práticas assimiladas através da socialização, das condições originárias de existência e também do percurso percorrido. Compreender as trajetórias sociais implica desenvolver um enfoque específico sobre a evolução histórica do posicionamento

na estrutura ocupacional. A maior parte dos estudos sobre a mobilidade social tomava o homem como referente do casal, privilegiando a relação deste com o trabalho, no denominado critério “convencional” para classificação de indivíduos e famílias (Machado, *et al.*, 2003). Tal era feito ignorando deliberadamente a condição da mulher, não atribuindo um valor específico ao trabalho doméstico e de cuidado aos filhos ou, em casos em que existisse inserção da mulher no mercado, valorizando a condição mais “vantajosa”, o que conduz a ignorar o estatuto profissional das mulheres. A crítica feminista demonstrou que este tipo de opção é indefensável, tanto em termos teóricos como empíricos, pois reflete e reifica uma ordem de dominação masculina, e é cega face ao crescente envolvimento das mulheres no mercado de trabalho.

dos indivíduos, dando atenção à posição que ocupam no espaço social (em termos hierárquicos e de recursos disponíveis) e à sua origem social, pela importância que o domínio familiar desempenha tanto na transmissão de recursos como na formação de disposições, expectativas, ambições, etc. (Montagner, 2007).

A conceção bourdiana da estrutura social rompe com a ideia de uma estrutura unidimensional e incorpora três dimensões: a estrutura dos capitais em presença, o volume dos capitais e a sua evolução ao longo do tempo. A conjugação destes elementos permite captar tanto os deslocamentos laterais como os horizontais, na estrutura social. Esta conceção da estrutura social é um contributo importante para a compreensão da mobilidade/recomposição da estrutura de classes, pois articula as transformações da estrutura social, as pressões que são exercidas sobre os indivíduos, as suas respostas estratégicas, e o peso relativo dos seus recursos nos diferentes domínios da vida, não descurando a importância do enquadramento institucional providenciado pelo Estado, sistema de ensino, sistema legislativo, entre outros (Grácio, 1997).

Usualmente a análise da mobilidade social recorre a modelos estatísticos em que se cruza, recorrendo a tabelas de contingência, posições de classe na origem com posições no destino. Aqui é essencial que se destrinche a mobilidade absoluta da mobilidade relativa (fluidez social). Enquanto a *mobili-dade absoluta* contabiliza todas as transferências entre formações de classe, a *mobili-dade relativa* quantifica a probabilidade de um indivíduo oriundo de uma classe social vir a ocupar qualquer outra posição na estrutura de classes (Breen, 2007). É ainda possível distinguir entre mobilidade intrageracional, em que se comparam dois pontos da biografia dos indivíduos, e mobilidade intergeracional, em que se comparam (pelo menos) duas gerações.³

A explicação da estrutura e funcionamento da sociedade implica o reconhecimento do papel do capital na sua forma plural. Os dois eixos fundamentais de transmissão da desigualdade por via familiar são o eixo material e o eixo cultural (Crompton, 2008). A transmissão do capital económico é mais

3 Bihl e Pfefferkorn (2008) indicam alguns dos problemas com que as análises de mobilidade social se debatem: a noção de mobilidade social bruta, que reflete mudanças na estrutura social (reconversão da economia, aumento das qualificações, etc.), é com frequência aparente, não significando por si só a existência de permeabilidade entre diferentes categorias sociais; por outro lado, há um conjunto de situações em que a própria (i)mobilidade social altera o prestígio associado a um determinado grupo social. Certos grupos sociais podem perder parte do grau de prestígio de que antes gozavam (pelo aumento do volume de efetivos ou pela facilidade de acesso, etc.) ou, pelo contrário, algum grau de imobilidade aparente pode constituir um incremento de “prestígio” social.

linear e está institucionalizada pelo direito hereditário e outros mecanismos legais. A transmissão por via cultural é mais difusa e complexa, sendo a dimensão temporal variável determinante, na medida em que está intrinsecamente relacionada com a socialização (Bourdieu, 1997). Embora existam mecanismos que permitem a “convertibilidade” dos capitais, a aquisição/transmissão do capital cultural implica inculcação, assimilação, o que faz com que este tipo de capital apenas possa ser parcialmente adquirido ou trocado. Na transmissão do capital cultural, a transmissão do capital escolar é apenas a dimensão mais linearmente contabilizável. Sendo um recurso relativamente escasso, de transmissão sinuosa, e crescentemente necessário à ocupação das posições dominantes na sociedade, a transmissão deste capital marca fortemente as estratégias de reprodução e conversão do capital.

TRAJETÓRIAS DE CLASSE EM PORTUGAL: UMA COMPARAÇÃO GERACIONAL

A partir desta reflexão teórica, a pesquisa que realizámos procurou, em primeiro lugar, analisar a existência de diferenças nas trajetórias de classe de portugueses nascidos em dois tempos históricos diferentes. Em segundo lugar, procurámos saber em que medida a origem de classe teve impacto sobre as trajetórias de classe social dos indivíduos. Em terceiro lugar, pretendíamos aferir se o impacto da classe social de origem nas trajetórias de classe de indivíduos é distinto em diferentes contextos temporais. Por fim, visávamos avaliar a importância do género, enquanto eixo fundamental de diferenciação social, na relação entre origens e trajetórias de classe social dos indivíduos.

Os dados que analisámos referem-se a uma amostra representativa de 1054 indivíduos, do sexo masculino e feminino, pertencentes a duas coortes diferentes (nascidos entre 1950 e 1955; e entre 1970 e 1975).⁴ A coorte que incorpora inquiridos nascidos entre 1950 e 1955 é aquela que viveu as enormes transformações sociais e políticas que se seguiram à Revolução de 25 de Abril de 1974, tendo atingido a maioridade apenas recentemente aquando desse acontecimento. A coorte mais jovem, englobando nascidos entre 1970

4 Trata-se de uma amostra probabilística estratificada. A população-alvo foi constituída por cidadãos portugueses residentes no território de Portugal continental, nascidos dentro dos intervalos etários já referidos (1950-1955; 1970-1975). Os locais amostrais foram seleccionados a partir dos códigos postais, sendo posteriormente utilizado o método de *random-route* para a seleção dos lares. Dentro de cada lar, a seleção dos indivíduos foi feita a partir das datas de nascimento, tendo sido seleccionado o último aniversariante. O trabalho de campo foi realizado pela empresa GfK e decorreu entre novembro de 2009 e junho de 2010.

e 1975, representa a população que cresceu já num país com regime democrático e entrou na vida adulta após a entrada de Portugal na União Europeia.

A análise realizada aproxima-se daquilo a que se convencionou denominar de “estudo longitudinal” pois analisa a evolução ao longo do percurso de vida de uma característica particular dos mesmos indivíduos (Babbie, 1989), neste caso a classe social. No entanto, ao contrário dos estudos longitudinais, tradicionalmente observacionais, neste caso trata-se de uma retrospectiva sobre a vida. Uma vez que acompanhamos a evolução da posição de classe dos inquiridos (e a relação com a sua origem social), os dados que analisamos dão-nos uma aproximação à mobilidade social absoluta.

Foi levado em consideração o indicador socioprofissional de classe desenvolvido por Almeida, Costa e Machado (ACM) (Almeida, Costa e Machado, 1988 e 1994; Machado e Costa, 1998; Machado, *et al.*, 2003). O indicador socioprofissional de classe dos indivíduos é construído a partir das variáveis “situação na profissão” e “profissão”.⁵ A nossa opção por esta operacionalização do conceito de classe sustenta-se em dois argumentos. Em primeiro lugar, a proposta ACM permite diferenciar entre as categorias de assalariamento na agricultura, indústria e serviços, o que se revela essencial para compreender a mobilidade social.⁶ Esse aspeto reveste-se de particular importância numa sociedade como a portuguesa, caracterizada por uma modernização tardia e muito rápida (Barreto, 2005). Em segundo lugar, o reconhecimento da centralidade do grupo doméstico de origem, na mobilização e transmissão de recursos materiais e outros, implica que o mesmo seja levado em consideração na análise das trajetórias sociais.

A operacionalização proposta por ACM permite articular, ao contrário do esquema de Erik Olin Wright, o nível individual com o nível familiar, com a vantagem de não estabelecer uma hierarquia de género na determinação da classe do grupo doméstico de origem, sendo utilizado um critério que valoriza o tipo de capital dominante ou a conjugação de capitais entre os progenitores (Machado, *et al.*, 2003).

5 A articulação destes indicadores resulta, em termos individuais, numa tipologia de classes sociais constituída por sete categorias: empresários, dirigentes e profissionais liberais; profissionais técnicos e de enquadramento; trabalhadores independentes; agricultores independentes; empregados executantes; operários; e assalariados agrícolas. Foi mantida a referência a situações em que não é possível construir um indicador individual de classe, por não existir integração no mercado de trabalho (domésticas, estudantes, desempregados ou militares), que consideramos analiticamente relevantes.

6 Algo que não é conseguido pelas abordagens mais diretamente inspiradas por Erik Olin Wright, uma vez que o modelo agrega todos os assalariados na categoria de proletários.

Para além do indicador de classe, a análise das trajetórias de classe foi complementada com outra dimensão de diferenciação social, essencial para a compreensão das sociedades contemporâneas: o capital escolar. O indicador socio-educacional permite captar um outro tipo de recursos que, pela sua distribuição desigual, é passível de produzir efeitos específicos tanto nas representações, disposições e sistemas classificatórios dos indivíduos como também nas suas práticas e estratégias (Costa, 1999).

HIPÓTESES

Apresentamos sucintamente as principais hipóteses de trabalho subjacentes à nossa análise. A primeira hipótese estabelece que a classe social de origem mantém a sua influência na trajetória de classe dos indivíduos, muito embora seja expectável que os processos de reconversão de capital, nomeadamente de capital económico em capital cultural, mais especificamente escolar, tenham produzido efeitos na forma como essa influência se expressa.

A segunda hipótese será a da existência de padrões de mobilidade social diferenciados em cada geração. A perspetiva intergeracional pretende perceber quais as alterações ao nível de mobilidade social nas últimas décadas, comparando o efeito do crescimento e vivência em períodos históricos diferenciados no percurso de vida dos indivíduos. Para tal, é necessário estabelecer uma relação entre o tempo histórico e a mobilidade social, em cada uma das gerações. A estratégia implica portanto a combinação de uma abordagem macro social (ao colocar as trajetórias de vida num contexto social e geracional) com uma abordagem micro (centrada nos percursos individuais), permitindo observar o desenvolvimento de trajetos diversificados.

Uma terceira hipótese acrescenta um eixo adicional que analisa a construção de diferentes trajetos de mobilidade social ao longo da vida de homens e mulheres. O género constitui uma variável-chave para interpretar a mobilidade social numa perspetiva geracional. É admissível que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos anos 60/70, bem como o aumento da escolarização, entre outros fenómenos, tenham produzido alterações significativas na mobilidade social das mulheres.

TRAJETÓRIAS DE CLASSE SOCIAL: UMA TIPOLOGIA

A trajetória de classe social foi analisada tomando por referência o indicador socioprofissional de classe, ao nível do indivíduo. A trajetória de classe social foi observada empiricamente, acompanhando o percurso socioprofissional dos indivíduos em cada ano da sua vida, entre os 18 e os 35 anos de idade.

Com base na posição de classe dos indivíduos, construímos uma matriz de distâncias entre as trajetórias de classe, recorrendo ao método *optimal*

matching (Abbott, 2001; Abbott e Tsay, 2000)⁷ e a uma análise de *clusters* (método de Ward).⁸

A figura 1 indica a proporção dos indivíduos que, em cada ano da sua vida entre os 18 e os 35 anos de idade, ocupava cada uma das categorias do indicador socioprofissional de classe acrescida das condições de doméstica, desemprego, à procura do primeiro emprego, estudante, militar, na reforma, invalidez, etc.

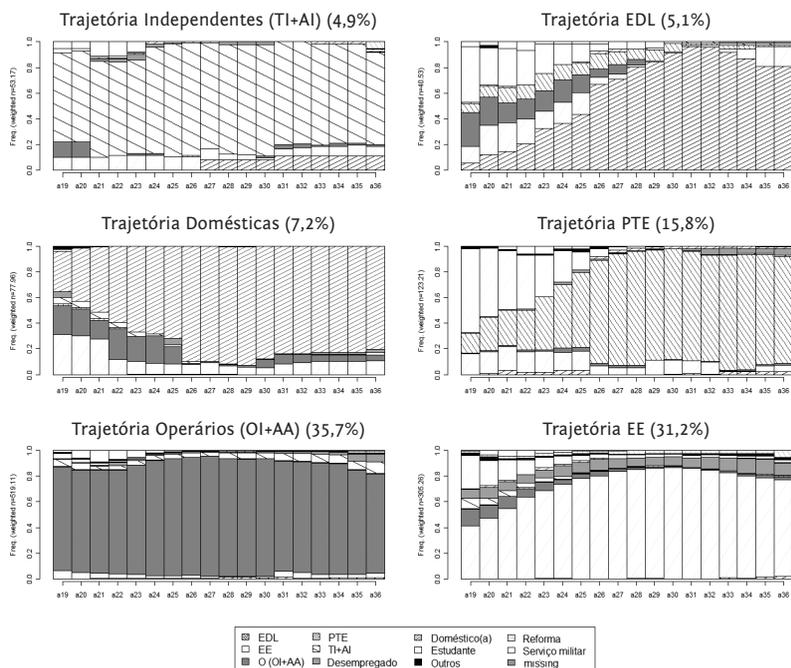
O primeiro tipo representa cerca de 4,9% dos casos. É um conjunto diversificado que agrupa franjas da pequena burguesia tradicional e agrária (trabalhadores independentes ou agricultores independentes). A segunda trajetória, com 5,1% dos casos, compreende o empresariado e os dirigentes.⁹ No terceiro tipo de trajetória, que representa 7,2% dos indivíduos, encontramos as mulheres em condição doméstica. Dentro deste grupo podemos diferenciar entre as que já tinham essa ocupação aos 18 anos de idade e as que a ocuparam no seguimento de matrimónio ou início de coabitação, após 2 ou 3 anos de inserção profissional em assalariamento. Na quarta trajetória (15,8% dos casos) encontram-se os indivíduos que se tornaram profissionais técnicos e de enquadramento, transitando para essa condição após um período de escolarização relativamente longo, em geral não precedido por inserção no mercado de trabalho. As duas últimas trajetórias são marcadas por uma considerável estabilidade durante o período de tempo considerado. O quinto grupo, o mais numeroso, com 35,7% dos indivíduos, agrupa os operários (industriais e

7 Este método, baseado na distância de Levenshtein provém da biologia e da análise sequencial do ADN. Permite um cálculo rápido de um grande número de sequências, possibilitando também identificar correspondências entre elas (Gabadinho, *et al.* 2008; Ritschard, *et al.* 2008) Em termos de *software*, recorremos ao pacote TraMineR para Análise de Sequências em *software* livre R. O *software* possibilita construir sequências de estados a partir de variáveis isoladas, neste caso a classe social. A visualização das sequências é difícil porque as variáveis utilizadas são categoriais. Por esse motivo não têm um referencial numérico, nem permitem a obtenção de valores médios. Mas é possível representar graficamente as sequências, bem como produzir um conjunto de estatísticas transversais e longitudinais acerca das mesmas.

8 Utilizando uma matriz de distâncias entre os estados é possível agrupar diferentes tipos de trajetória e construir uma tipologia que discrimina entre os diferentes tipos de trajetória. De forma a proceder ao *Optimal Matching*, a matriz de distâncias é construída usando um custo de substituição baseado nas taxas de transição observados nos dados (valor = 3) e um custo de eliminação fixo em 1. Os resultados são registados numa matriz que caracteriza as trajetórias dos indivíduos. A aplicação de um procedimento de *clustering* sobre os dados (utilizando o método hierárquico de Ward) permite a identificação de padrões nas trajetórias.

9 Idealmente seria benéfico destriçar entre empresários, dirigentes e profissionais liberais. No entanto, tal não foi possível devido à reduzida expressão de cada uma dessas situações particulares.

FIGURA 1
Tipos de trajetórias de classe



agrícolas).¹⁰ A sexta trajetória aglomera 31,2% dos casos e representa o grosso dos empregados executantes. A maioria desses já ocupa essa posição à partida, embora de 15% dos indivíduos nesta trajetória tenha estudado até aos 19 ou 20 anos.

TRAJETÓRIAS DE GÉNERO E TRAJETÓRIA DE GERAÇÃO

As trajetórias de classe social diferem em função da geração e do género (figura 2). Na geração de 1950-1955, que entra na vida adulta e no mercado de trabalho numa época em que o trabalho na agricultura está já em fortíssimo declínio, a trajetória do operariado é a mais numerosa (40,7%), seguida da trajetória dos empregados executantes (27,8%). A trajetória das mulheres em condição doméstica ainda tem um peso significativo (10,8%) suplantando inclusive o peso da trajetória dos profissionais técnicos e de enquadramento

10 Uma vez que o volume de indivíduos com situação de assalariamento na agricultura viu o seu efetivo muito reduzido, optámos por agregar as situações de trabalho manual, quer assalariamento agrícola, quer operariado industrial, numa única categoria que designamos por operariado.

(9,5%) e dos pequenos proprietários (6,9%). A trajetória da burguesia representa 4,2% dos casos.

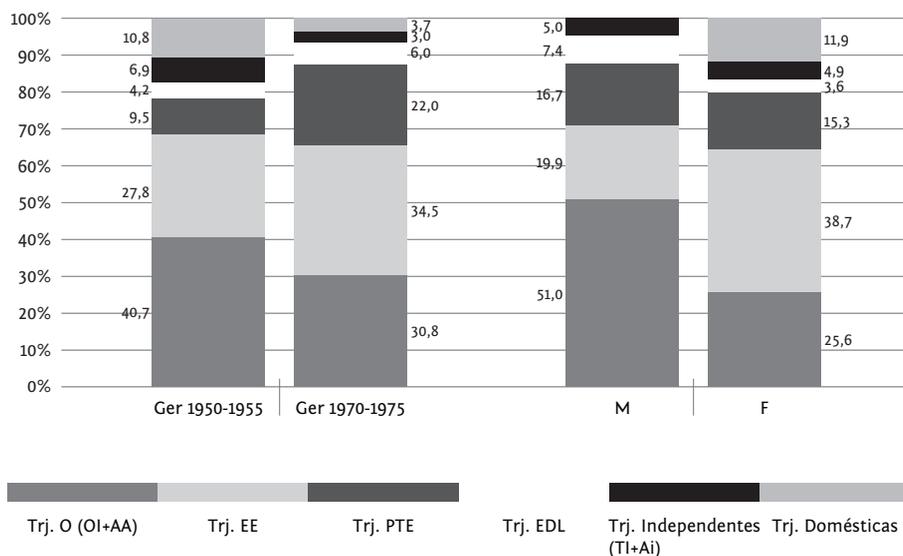
Comparando a geração de inquiridos nascidos entre 1950-1955 com a geração de 1970-1975, há um declínio do peso relativo da trajetória para o operariado, agora substituída como a mais numerosa pela dos empregados executantes (34,5% vs. 30,8% do operariado). A trajetória dos profissionais técnicos e de enquadramento é também significativamente mais numerosa (22,0%). Aumenta ligeiramente o peso da trajetória dos empresários e dirigentes (6,0%). Declinam as trajetórias independentes (3,0%) e sobretudo a trajetória do trabalho doméstico (3,7%).¹¹

Este conjunto de alterações é em parte consequência da evolução da estrutura da economia portuguesa. A partir dos anos 60 a estrutura económica vai atravessar um período de modernização. Para além do desenvolvimento dos serviços, surgem vários polos de industrialização, que se irão desenvolver e disseminar ainda em meados dos anos 70, aumentando substancialmente a oferta de postos de trabalho na indústria. Simultaneamente ocorre um maciço êxodo rural com destino às zonas urbanas em torno de Lisboa e do Porto ou em direção ao estrangeiro. Esse contexto aplica-se à geração nascida em 1950-1955. A geração de 1970-1975 entra no mercado de trabalho já em meados dos anos 90 do século XX, época de plena terciarização da economia, com uma grande expansão do setor dos serviços, em que o acesso ao ensino superior e profissões técnicas e qualificadas se começa a generalizar (Barreto, 1996 e 2005; Machado, *et al.*, 2003).

A expansão da participação feminina no mercado de trabalho formal é outro facto que marca significativamente o contexto histórico em que estas duas *coortes* chegam ao mercado de trabalho. Falamos aqui, naturalmente, de trabalho assalariado, pois as mulheres sempre estiveram no trabalho agrícola, para além de realizarem as tarefas domésticas. O aumento do número de mulheres ativas tem um impulso na década de 1960, o que já se reflete na geração de nascidos entre 1950 e 1955. Essa expansão do assalariamento feminino é alimentada inicialmente por mulheres jovens e solteiras que ocupam os lugares vagos por homens que partiam para a guerra colonial ou que emigravam. Se até esse tempo tanto o casamento como, particularmente, o nascimento de filhos eram acontecimentos que retiravam as mulheres do mercado de trabalho, a partir da década de 1960 as mulheres mais frequentemente

11 Em termos de taxas de mobilidade social absoluta, comparando a primeira com a última ocupação no período entre os 18 e os 35 anos de idade, os valores são aproximados nas duas gerações consideradas: 33,0% para a geração nascida entre 1950-1955; e 34,6% para a geração nascida entre 1970-1975.

FIGURA 2
Tipos de trajetória de classe segundo a geração e o género



Fonte: Trajetórias Familiares e Redes Sociais, 2010

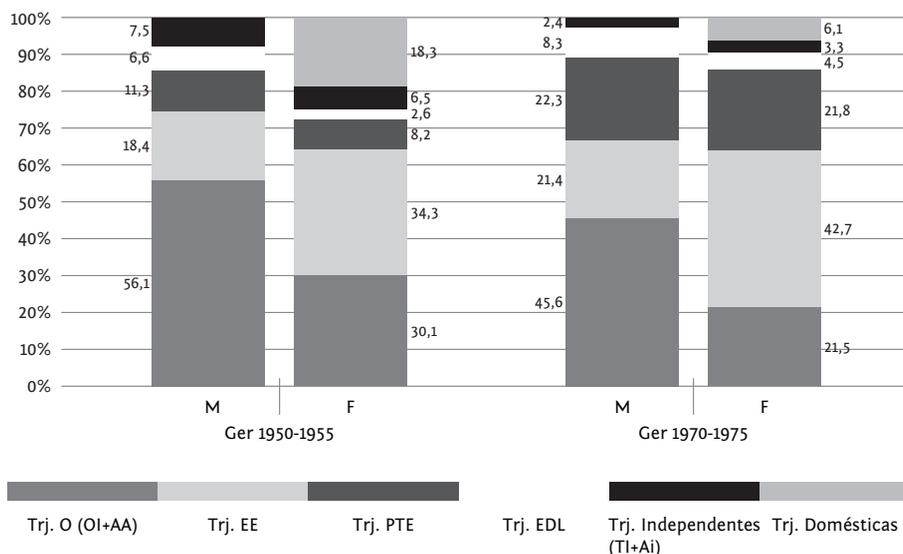
permanecem a trabalhar e assim desenvolvem carreiras longas no mercado de trabalho.

A forma como o mercado de trabalho se vai feminizar mostra-nos que tal não pode ser interpretado com mero efeito mecânico (Cabral, 1998). Na comparação entre as duas gerações, a muito considerável diminuição do número de mulheres que se tornam domésticas vai dar lugar a trajetórias de inserção profissional e de qualificação escolar. As trajetórias femininas diferem substancialmente das trajetórias masculinas e contribuem para uma composição sexual do mercado de trabalho muito diferenciada em termos de género, como havia sido observado por Estanque e Mendes (1998).

Comparando as duas gerações, articulando género e geração (figura 3), as diferenças mais assinaláveis têm que ver com o peso relativo da trajetória de maior qualificação escolar. De facto, na geração nascida entre 1950-1955 apenas 8,2% das mulheres seguiam esse trajeto, valor que se cifra em 21,8% na geração nascida entre 1970-1975. Também cresce o número de mulheres que seguem uma trajetória de emprego executante (de 34,3% para 42,7%), sendo esta a trajetória de classe mais comum entre as mulheres, independentemente da geração.

A trajetória do operariado continua a ser maioritária entre os homens na geração nascida entre 1970-1975 (45,6%) apesar do decréscimo face à primeira

FIGURA 3
Tipos de trajetória de classe segundo a geração e o género



Fonte: Trajetórias Familiares e Redes Sociais, 2010

geração (56,1%). A diminuição da importância da trajetória operária entre as mulheres é similar comparando as gerações (21,5% face a 30,1%).

Estes resultados parecem corroborar, pelo menos parcialmente, os de Machado e Costa (1998) que identificaram dois canais de promoção/reprodução social com protagonistas diferentes. O primeiro desses canais é a via empresarial ou dirigente, mais fechada, tendencialmente menos qualificada, e mais masculinizada. O segundo canal assenta na qualificação técnica ou especializada e numa via mais aberta e progressivamente mais feminina.

A RELAÇÃO ENTRE ORIGENS SOCIAIS E TRAJETÓRIA DE CLASSE: CONTINUIDADES E MUDANÇAS

Começamos esta secção com uma caracterização das origens de classe dos inquiridos do projecto “Trajetórias familiares e redes sociais”. Posteriormente analisa-se a relação entre origens e trajetórias individuais.

A análise do indicador socioprofissional familiar da classe de origem (Almeida, Costa e Machado, 1988, 1994; Costa, *et al.*, 2000; Machado e Costa, 1998; Machado, *et al.*, 2003) revela diferenças geracionais, apesar do predomínio das famílias de origem operária (respetivamente 29,6% e 29,8%). Observa-se um decréscimo acentuado do peso dos assalariados agrícolas (de 12,8% para

3,6%), que é compensado pelo duplicar do peso da pluriatividade e, em menor grau, pelo aumento da importância relativa dos empregados executantes. Os empresários, dirigentes e profissionais liberais praticamente duplicam o seu peso na origem de classe dos inquiridos da geração nascida entre 1970-1975 face à nascida entre 1950-1955 (12% e 6,2%).

QUADRO 1

Classe social do grupo doméstico de origem

	Geração 1950-1955 (n=518)	Geração 1970-1975 (n=536)
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	6,2%	12%
Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	4%	11,1%
Trabalhadores independentes (Ti)	7,8%	8,2%
Trabalhadores independentes pluriativos (Tipl)	5,4%	3,8%
Agricultores independentes (AI)	16,6%	6,5%
Agricultores independentes pluriativos (Aipl)	2,8%	1,1%
Empregados executantes (EE)	7,8%	9,6%
Operários (OI)	29,6%	29,8%
Assalariados agrícolas (AA)	12,8%	3,6%
Assalariados executantes pluriativos (AEpl)	7%	14,1%

$\chi^2 (9) = 93,818; p < 0,001$

Fonte: Trajetórias Familiares e Redes Sociais, 2010

O crescimento da origem de classe “profissionais técnicos e de enquadramento” é, em termos proporcionais, muito significativo, representando esta categoria 11,1% da origem de classe dos nascidos entre 1970-1975, quando para os nascidos entre 1950-1955 contabilizava apenas 4%. De salientar ainda a redução do peso dos agricultores independentes, que somavam apenas 6,5% das origens de classe dos nascidos entre 1970 e 1975, face aos 16,6% entre os que nasceram no período que vai de 1950 a 1955.

Os capitais escolares são um indicador relevante para a compreensão dos processos de mobilidade social contemporâneos. Embora não substituam nem suplantem as desigualdades de classe, complementam-nas pela importância crescente que as qualificações têm no mercado de trabalho e, desse modo, influenciam a inserção profissional dos indivíduos. Mas são-no também pela forma como a sua presença no grupo doméstico é passível de ser tanto um recurso mobilizável, por exemplo no apoio às tarefas

escolares, como um aspeto que fornece incentivo e valorização ao desempenho escolar.

Olhando para os dados é evidente que, independentemente da geração e do género dos progenitores, os recursos escolares disponíveis nos agregados de origem são extremamente baixos. A esmagadora maioria dos pais dos nascidos tanto na geração de 1950-1955 como na geração de 1970-1975 tem, no máximo, o 1.º ciclo do ensino básico, existindo um número considerável que não possui sequer qualquer escolaridade formal, valor particularmente elevado entre as mães dos inquiridos nascidos na geração de 1950-1955 (46,5%).

QUADRO 2

Escolaridade do grupo doméstico de origem

	Ger. 1950-1955		Ger. 1970-1975	
	Pai (n=494)	Mãe (n=499)	Pai (n=516)	Mãe (n=526)
Sem escolaridade	33,6%	46,5%	10,3%	12,5%
1.º ciclo do ensino básico	58,5%	48,7%	67,4%	67,7%
2.º e 3.º ciclo do ensino básico	2,2%	1,2%	3,9%	3,4%
Ensino secundário	3,8%	3,0%	14,1%	10,6%
Ensino superior	1,8%	0,6%	4,3%	5,7%
Número médio de anos de escolaridade	2,8	2,1	4,9	4,6
Desvio-padrão	3,0	2,6	3,7	3,7

Fonte: Trajetórias Familiares e Redes Sociais, 2010

Os progenitores dos nascidos entre 1970 e 1975 têm, na sua grande maioria, o 1.º ciclo do ensino básico, a escolaridade obrigatória à época, correspondendo esse grau a apenas 4 anos de escolaridade. Embora em comparação com os pais dos nascidos na geração de 1950-1955 se observe a existência de mais indivíduos com famílias de origem com maiores recursos qualificacionais, ao nível do ensino secundário ou superior, estes não representam mais que 18,4% no caso dos pais e 16,3% no caso das mães. Observa-se ainda a existência de maior volume de capital escolar nos pais do que nas mães. Estamos pois perante duas gerações marcadas por uma aguda escassez de qualificações escolares e também por uma enorme desigualdade na sua distribuição.

No sentido de perceber a natureza da relação entre a origem social e a trajetória de classe realizámos um conjunto de regressões logísticas entre a classe social do grupo doméstico de origem e a trajetória de classe entre os 18 e os

35 anos de idade. Foram incluídas nos modelos de regressão outras variáveis independentes que, pelo exposto anteriormente, podem contribuir para uma melhor compreensão da mobilidade social (*coorte*/geração, gênero, indicador socioeducacional de cada um dos progenitores). Os resultados são apresentados no quadro 3, com recurso a *odds ratio* e significâncias associadas, para além da explicação global do modelo.

É relativamente à trajetória dos operários que o modelo explicativo se revela mais eficiente (Nagelkerke = 0,303). Olhando para os efeitos significativos constatamos que esta é uma trajetória essencialmente masculina, marcada por uma forte reprodução da origem social e para a qual contribui o baixo capital escolar de ambos os pais, muito em particular o das mães.

O modelo também revela boas potencialidades explicativas relativamente à trajetória dos profissionais e técnicos de enquadramento (Nagelkerke = 0,284). Neste caso, os efeitos significativos indicam que, mais do que mera reprodução da condição de origem, esta trajetória é influenciada positivamente por qualificações acima da média de ambos os pais. Naturalmente que os efeitos da abertura do acesso ao ensino superior se fazem sentir e por isso é uma trajetória mais característica da geração de 1970-1975. Mas confirma-se, como já anteriormente havia sido sugerido, ser esta uma trajetória que os inquiridos oriundos das categorias de operários, de independentes ou assalariados executantes em pluriatividade têm baixas probabilidades de seguir, em comparação com outras categorias sociais.

Em relação à trajetória das mulheres em condição doméstica, o modelo tem um Nagelkerke de 0,121. Esta é uma trajetória sobretudo de mulheres provenientes de famílias em que havia assalariamento na agricultura, mais provável na geração de 1950-1955 do que na geração posterior. É importante notar que também neste caso a baixa escolaridade das mães contribuiu significativamente para que as filhas sigam esta trajetória.

O modelo explicativo revela-se menos eficaz relativamente às restantes trajetórias. Ainda assim, é possível dizer que a trajetória dos empregados executantes (Nagelkerke = 0,084) é essencialmente feminina. Por fim, relativamente à trajetória dos EDL (Nagelkerke = 0,070), os efeitos significativos indicam que é uma via essencialmente masculina e relativamente fechada, sobretudo aos indivíduos com origens em famílias em que predomina o trabalho executante.

Os resultados aqui apresentados evidenciam a existência de padrões de mobilidade social diferenciados em cada geração, muito embora se encontrem semelhanças nas trajetórias identificadas, em termos da sequência de lugares de classe sucessivamente ocupados. As diferenças são patentes nas mudanças da importância relativa de cada tipo de trajetória, tanto em termos de geração como em função do gênero.

QUADRO 3
 Preditores das trajetórias de classe

	Regressão logística (<i>odds ratios</i>)					
	Traj. O (OI+AA)	Traj. PTE	Traj. Doméstica	Traj. Indep. (TI+AI)	Traj. EE	Traj. EDL
Capital escolar pai (anos escolaridade)	0,889	1,109	1,071	1,002	0,982	1,042
Capital escolar mãe (anos escolaridade)	0,829	1,168	0,813	0,903	1,051	0,985
Género masculino *	4,277	0,906	—	0,914	0,388	2,107
Geração 1950-1955 **	0,929	0,629	1,924	1,880	0,799	0,852
Classe origem - PTE ***	1,469	0,558	0,491	0,746	0,864	0,731
Classe origem - TI ***	0,709	2,239	1,039	0,841	1,078	0,586
Classe origem - TI (pluriativos) ***	2,670	0,446	1,416	0,261	1,058	0,892
Classe origem - AI ***	1,146	0,495	1,762	1,337	1,075	0,537
Classe origem - AI (pluriativos) ***	0,581	1,003	2,553	2,055	0,790	0,648
Classe origem - EE ***	1,561	1,279	0,858	0,336	1,436	0,210
Classe origem - OI ***	3,582	0,513	0,669	0,635	0,799	0,433
Classe origem - AA ***	1,660	0,223	2,994	0,242	1,113	0,142
Classe origem - AE (pluriativos) ***	2,050	0,365	1,462	0,129	1,733	0,278
Nagelkerke	0,303	0,284	0,121	0,093	0,084	0,070

* A categoria de referência para comparação é “feminino”.

** A categoria de referência para comparação é “Geração 1970-1975”.

*** A categoria de referência para comparação é “EDL”.

■ p < 0,05 ■ p < 0,01 ■ p < 0,001

Fonte: Trajetórias Familiares e Redes Sociais, 2010.

Na comparação geracional observamos uma redução substancial da trajetória do trabalho doméstico feminino e uma diminuição do peso das trajetórias no operariado. Em sentido oposto, cresce a via do trabalho executante. Estas tendências resultam sobretudo da entrada das mulheres no mercado de trabalho. A entrada em força das mulheres no mercado de trabalho desencadeia-se a partir dos anos de 1960/1970, época de industrialização da economia portuguesa e em que parte significativa dos homens estava envolvida na guerra colonial. O processo de feminização do mercado de trabalho português não abrandou no período subsequente, marcado pela descolonização e pela terciarização da economia, contribuindo para uma situação de exceção no que diz respeito à taxa de atividade feminina (muito elevada desde meados dos

anos 80), e que distingue a sociedade portuguesa de outras sociedades do Sul da Europa (Costa, *et al.*, 2000). Para além de intensidade do trabalho feminino, a diferenciação de género é outra característica muito vincada do mercado de trabalho em Portugal. Mas apesar das transformações estruturais da economia, do mercado de trabalho e das qualificações da população, as trajetórias que dão acesso a profissões com menores recursos materiais e de autoridade, sejam elas na indústria ou nos serviços, e continuam a representar mais de dois terços do total.

O crescimento do acesso às profissões qualificadas é muito significativo, embora o seu peso na estrutura ocupacional portuguesa seja ainda bastante inferior ao da maioria dos países europeus (Costa, *et al.*, 2000). Esta franja da população, que em termos latos seria definível como as novas “classes médias assalariadas”, é particularmente bem apetrechada, em termos de conhecimentos técnicos, capacidade e recursos simbólicos, para integrar tanto as novas profissões ligadas à sociedade da informação, como as profissões ligadas às atividades lúdicas, culturais ou estéticas, como ainda os empregos nos serviços públicos ligados à saúde, educação ou proteção social (Costa, *et al.*, 2000). Muito embora esse crescimento possa ser relacionado com alterações estruturais na economia e no próprio sistema de ensino superior, também neste caso são as mulheres que protagonizam as mudanças mais significativas, sobretudo em função da situação particularmente subalternizada em que se encontravam anteriormente. Entre os nascidos em meados dos anos de 1970, o primeiro grupo etário a beneficiar do *boom* de acesso à universidade a partir de finais da década de 1980, homens e mulheres equivalem-se no acesso às trajetórias qualificantes (muito embora devamos ter em conta a existência de uma forte segmentação em termos das áreas científicas preferenciais) (Machado, *et al.*, 2003).

NOTAS CONCLUSIVAS

Salientam-se diversas observações no que diz respeito ao efeito da classe social de origem nas trajetórias. Sendo certo que a inserção profissional, ponto de acesso ao indicador socioprofissional de classe social, é determinante para as trajetórias, parece evidente que o mecanismo de reprodução das desigualdades opera a montante da mesma, i. e., nas origens familiares. Nas gerações consideradas neste artigo os grupos domésticos são marcados pela escassez de recursos, pelas raízes operárias e pelas situações de assalariamento em pluriatividade. O crescimento dos provenientes de famílias de quadros na segunda geração não altera de modo significativo um perfil qualificacional extremamente baixo em ambas as gerações. Os recursos escolares são também assimetricamente distribuídos em termos de género, com privilégio claro para os homens.

A desigual distribuição de recursos materiais e escolares revelou-se essencial para a compreensão das trajetórias de classe e da mobilidade social, muito embora existam diferenças geracionais assinaláveis nos mecanismos de reprodução das desigualdades. Se no caso dos indivíduos procedentes de famílias de quadros, por norma se observa a reprodução de classe, através de trajetórias de qualificação, já em relação aos oriundos de famílias de empresários e dirigentes a situação é diversa. Na primeira geração analisada predominava a reprodução da condição proprietária ou dirigente na trajetória de classe, enquanto na segunda geração predomina o acesso às posições mais qualificadas. Este processo é indiciador da relevância que as qualificações têm vindo a adquirir e estará relacionado com a busca de legitimação para a manutenção e exercício de posições de autoridade.

Entre as posições de menores recursos, também se observam fluxos de mobilidade pela via da qualificação. Tal ocorre essencialmente entre aqueles que provêm de famílias onde predomina o trabalho executante, em casos onde existe alguma acumulação de capital escolar. Pelo contrário, é entre os indivíduos que provêm do operariado que, com maior probabilidade, se observam trajetórias que conduzem à reprodução da situação dos pais, sobretudo no caso dos homens.

O conjunto de resultados obtidos, em particular a diferença observada no acesso à trajetória de maior qualificação e acesso ao emprego técnico, confirma que a uma igualdade teórica no acesso não corresponde, maquinaalmente, uma “igualdade de oportunidades”. As profissões mais qualificadas, que sempre gozaram de prestígio social, passaram a fazer parte das aspirações e anseios de mobilidade dos progenitores e dos seus investimentos, materiais e outros, na educação dos filhos, sobretudo a partir do momento em que se tornaram relativamente mais acessíveis por via da expansão do ensino superior. Mas a verdade é que as substanciais diferenças no ponto de partida, em termos de classe social, tanto em termos de recursos materiais como educacionais, continuam a ser decisivas para explicar as trajetórias de classe.

Um dos resultados substantivos mais relevantes desta investigação diz respeito à importância das qualificações escolares das mães nas trajetórias dos seus descendentes, que têm maior impacto que o nível qualificacional dos pais. Em comparação com o nível médio, quanto mais baixas as qualificações das mães, mais verosímil se torna que os seus descendentes sigam trajetórias no operariado ou sigam para a condição de domésticas. Quando o nível educacional das mães é superior à média, é mais provável que os descendentes sigam trajetórias de emprego executante ou de trabalho mais qualificado. Estes dados sublinham a importância da relação entre o perfil educacional das progenitoras e os percursos de mobilidade social protagonizados por estudantes

universitários já identificada por Almeida *et al.* (2003). Se é verdade que os investimentos pedagógicos dos ascendentes serão diferenciados em função do *habitus* de classe social (Lahire, 2004), as diferenças na valorização das esferas do trabalho e da escola, manifestas em saídas precoces da escola para ingressar no mercado de trabalho, corresponderão também a necessidades objetivas.

Pelo relevo que as qualificações das mães têm nas trajetórias de classe dos seus filhos, será importante considerar os efeitos que o maior sucesso das mulheres na educação produzirá na mobilidade social e na recomposição da estrutura de classes portuguesa. Apesar de a análise dos efeitos do grupo doméstico nas trajetórias ser fundamental, os resultados demonstram a importância de observar também os efeitos diferenciados de recursos qualificacionais de cada um dos ascendentes. A assimetria de recursos entre os dois progenitores não é totalmente captável por qualquer indicador sintético da classe social de origem. Importará futuramente aferir também a influência da inserção profissional de ambos os progenitores, bem como explorar efeitos diferenciados de situações de homogamia vs. situações de heterogamia entre os progenitores. Um último aspeto que está ausente desta análise, mas que importará considerar em trabalhos futuros, é o impacto do nível *meso* nas trajetórias de classe, em particular no que diz respeito às redes de sociabilidade e ao capital social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBOTT, A. (2001), *Time Matters: on Theory and Method*, Chicago, University of Chicago Press.
- ABBOTT, A., TSAY, A. (2000), "Sequence analysis and optimal matching methods in sociology, review and prospect". *Sociological Methods & Research*, 29 (1), pp. 3-33.
- ALMEIDA, J.F. de, *et al.* (2003), *Diversidade na Universidade, um Inquérito aos Estudantes de Licenciatura*, Oeiras, Celta Editora.
- ALMEIDA, J.F. de, COSTA, A.F. da, MACHADO, F.L. (1988), "Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociográfica". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 4, pp. 11-44.
- ALMEIDA, J.F. de, COSTA, A.F. da, MACHADO, F.L. (1994), "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos". In A. Reis (coord.), *Portugal: 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 307-330.
- ALVES, N. A., *et al.* (2011), *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Mundos Sociais.
- ATKINSON, W. (2010a), *Class, Individualization, and Late Modernity in Search of the Reflexive Worker*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- ATKINSON, W. (2010b), "The myth of the reflexive worker, class and work histories in neo-liberal times". *Work Employment and Society*, 24 (3), pp. 413-429.
- BABBIE, E. (1989), *The Practise of Social Research*, Belmont, California Wadsworth Publishing Company.
- BARRETO, A. (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- BARRETO, A. (2005), “Mudança social em Portugal, 1960-2000”. In A. C. Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 137-162.
- BAUMAN, Z. (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- BECK, U. (1992), *Risk Society: towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- BELL, D. (1973), *The Coming of Post-industrial Society: a Venture in Social Forecasting*, Nova Iorque, Basic Books.
- BIHR, A., PFEFFERKORN, R. (2008), *Le système des inégalités*, Paris, Ed. La Découverte.
- BOURDIEU, P. (1984), *Distinction, a Social Critique of the Judgement of Taste*, Londres, Routledge & Kegan Paul.
- BOURDIEU, P. (1997), *Razões Práticas, sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta.
- BREEN, R. (2007), “Intergenerational mobility: core model of social fluidity”. In G. Ritzer (ed.), *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Oxford, Blackwell Publishing.
- CABRAL, M. V. (1998), “Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal”. *Análise Social*, 146-147, XXXVIII (2.º-3.º), pp. 381-414.
- CARMO, R. M. do (coord.) (2011), *Desigualdades em Portugal: Problemas e Propostas*, Lisboa, Edições 70.
- CARMO, R. M. do (org.) (2013), *Portugal uma Sociedade de Classes: Polarização Social e Vulnerabilidade*, Lisboa, Edições 70/Monde Diplomatique.
- CLARK, T. N., LIPSET, S. M. (1991), “Are social classes dying?”, *International Sociology*, 6 (4), pp. 397-410.
- CLARK, T. N., LIPSET, S. M. (2001), *The Breakdown of Class Politics: a Debate on Post-industrial Stratification*, Washington, DC, Johns Hopkins University Press.
- COSTA, A. F. da (1987), “Novos contributos para velhas questões da teoria das classes sociais”, *Análise Social*, 98, XXIII (4.º), pp. 635-686.
- COSTA, A. F. da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais de Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- COSTA, A. F. da, MACHADO, F. L., ALMEIDA, J. F. de (1990), “Estudantes e amigos, trajectórias de classe e redes de sociabilidade”. *Análise Social*, 105-106, XXV (1.º-2.º), pp. 193-221.
- COSTA, A. F., et al. (2000), “Classes sociais na Europa”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-43.
- CROMPTON, R. (2003), “Class and gender beyond the ‘cultural turn’”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 9-24.
- CROMPTON, R. (2006), “Class and family”. *The Sociological Review*, 54 (4), pp. 658-677.
- CROMPTON, R. (2008), *Class and Stratification*, Cambridge, Polity Press.
- ERIKSON, R., GOLDTHORPE, J. H. (1992), *The Constant Flux: a Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Oxford University Press.
- ESTANQUE, E. (1997), “As classes sociais na sociedade portuguesa, um estudo apoiado no modelo de Erik Olin Wright”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, pp. 93-126.
- ESTANQUE, E. (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade. Subjectividade e Práticas de Classe no Operariado de Calçado*, Porto, Afrontamento.
- ESTANQUE, E., MENDES, J. M. (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal. Um Estudo Comparativo*, Porto, Afrontamento.
- ESTANQUE, E., MENDES, J. M. (1999), “Análise de classes e mobilidade social em Portugal, um breve balanço crítico”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, pp. 173-198.
- GABADINHO, A., et al. (2008), *Mining Sequence Data in R with the TraMineR Package: a User's Guide*, Genebra, University of Geneva.
- GOLDTHORPE, J. H., et al. (1969), *The Affluent Worker in the Class Structure*, Londres, Cambridge University Press.

- GOLDTHORPE, J.H., LLEWELLYN C., PAYNE, C. (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press.
- GRÁCIO, S. (1997), “A mobilidade social revisitada”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, pp. 45-69.
- INGLEHART, R. (1997), *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*, Princeton, NJ, Princeton University Press.
- LAHIRE, B. (2004), *La culture des individus, dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris, Editions La Découverte.
- MACHADO, F.L. (2009), “Meio século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada”. *Sociologia*, 19, pp. 283-343.
- MACHADO, F.L., COSTA, A.F. da, ALMEIDA, J.F. de (1989), “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27-28, pp. 189-209.
- MACHADO, F.L., COSTA, A.F. (1998), “Processos de uma modernidade inacabada, mudanças estruturais e mobilidade social”. In J.M.L. Viegas e A.F. da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- MACHADO, F.L., et al. (2003), “Classes sociais e estudantes universitários, origens, oportunidades e orientações”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.
- MATOS, J.N., DOMINGOS, N. (orgs.) (2012), *Novos Proletários. A Precariedade entre a “Classe Média” em Portugal*, Lisboa, Edições 70.
- MENDES, J.M. (1997), “Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, pp. 127-156.
- MONTAGNER, M. Â. (2007), “Trajectórias e biografias, notas para uma análise bourdieusiana”. *Sociologias*, ano 9, 17, pp. 240-264.
- NISBET, R. (1959), “The decline and fall of social class”. *Pacific Sociological Review*, 2 (1), pp. 11-17.
- NUNES, N. (2008), “A sociologia das classes sociais na investigação sociológica em Portugal”, CIES e-Working Papers, (48/2008), disponível em <http://hdl.handle.net/10071/720>.
- PAKULSKI, J., WATERS, M. (1996), *The Death of Class*, Londres, Sage.
- RITSCHARD, G., et al. (2008), “Mining event histories, a social science perspective”. *International Journal of Data Mining, Modelling and Management*, 1 (1), pp. 1-23, disponível em http://mephisto.unige.ch/pub/publications/gr/ritschard_et_al_IJDMMM09.pdf
- SAVAGE, M. (2000), *Class Analysis and Social Transformation*, Filadélfia, Open University.
- WRIGHT, E.O. (1985), *Classes*, Londres, Verso.
- WRIGHT, E.O. (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Nova Iorque, Cambridge University Press.

Recebido a 28-09-2012. Aceite para publicação a 01-07-2013.

RAMOS, V. (2014), “Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses”. *Análise Social*, 212, XLIX (3.º), pp. 626-649.

Vasco Ramos » vasco.ramos@ics.ulisboa.pt » ICS-UL » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal.
